



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original do Agronegócio S.A.

30 de junho de 2017

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	15
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	15
Nota 9 . Outros Créditos	17
Nota 10 . Outros Valores e Bens	18
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	19
Nota 12 . Imobilizado de Uso	19
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	20
Nota 14 . Outras Obrigações	20
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	21
Nota 16 . Patrimônio Líquido	21
Nota 17 . Limites Operacionais	22
Nota 18 . Partes Relacionadas	22
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	23
Nota 20 . Despesas de Pessoal	23
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	23
Nota 22 . Despesas Tributárias	24
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	24
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	24
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	24
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	24
Nota 27 . Outras Informações	25

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Desempenho nos Negócios 1. Resultados

Em 30 de Junho de 2017, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 259, contra um lucro de R\$ 21.609 apresentados no ano primeiro semestre de 2016. O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 1.670 no primeiro semestre de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016 o resultado foi de R\$ 31.270.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 132.115 (30/06/2016 - R\$ 151.288), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações Interfinanceiras	77.140	43.682
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	21.663	83.828
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	13.651	17.975

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 13.651, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 9.853, correspondente a 72% da carteira total, em 2016 correspondiam a R\$ 31.299 e R\$13.971, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu ao final do semestre o montante de R\$ 124.241 (30/06/2016 - R\$ 132.194), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	238	(138)
Reservas de Lucros	14.880	23.209
Prejuízos Acumulados	-	-

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado no qual o Banco está inserido. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) Junho 2017

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2017 e 2016 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de Agosto de 2017.

Diretoria

Contador

Carlos André Hermesindo da Silva
CRC - 281528/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Assuntos

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que menciona o Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual controladora indireta do Banco, bem como o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		104.278	116.937
Disponibilidades	4	84	101
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	77.140	43.682
Aplicações no Mercado Aberto		77.140	43.682
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		21.663	57.879
Carteira Própria	6a	17.203	51.975
Vinculados à Prestação de Garantias		4.460	5.904
Relações Interdependências		3	1
Transferências Internas de Recursos		3	1
Relações Interfinanceiras	7	27	34
Créditos Vinculados:		27	34
Depósitos no Banco Central		25	34
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	-
Operações de Crédito	8	1.288	10.483
Setor Privado		5.110	16.279
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(3.822)	(5.796)
Outros Créditos	9	4.033	4.713
Créditos Tributários	9.a.1	3.511	763
Diversos	9.c	522	3.950
Outros Valores e Bens	10	40	45
Despesas Antecipadas		40	45
Ativo Realizável a Longo Prazo		27.373	33.697
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		15.658	25.949
Carteira Própria	6.a	15.658	23.024
Vinculados à Prestação de Garantias		-	2.925
Operações de Crédito	8	2.510	1.056
Setor Privado		8.541	1.696
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.031)	(640)
Outros Créditos		9.205	6.692
Créditos Tributários	9.a.1	9.205	6.692
Diversos		-	-
Permanente		464	653
Investimentos	11	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	12	277	553
Outras Imobilizações de Uso		1.475	3.294
(Depreciações Acumuladas)		(1.198)	(2.741)
Intangível		87	-
Ativos Intangíveis		447	-
(Amortização Acumulada)		(360)	-
Total do Ativo		132.115	151.288

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante		5.422	18.604
Depósitos	13.a	257	10.315
Depósitos à Vista		257	1.970
Depósitos a Prazo		-	8.345
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	-	734
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		-	734
Relações Interfinanceiras	7	3	62
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	62
Relações Interdependências		3	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		3	-
Outras Obrigações		5.159	7.493
Sociais e Estatutárias	18.b	3.910	-
Fiscais e Previdenciárias	14.a	957	5.093
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Diversas	14.b	292	2.400
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.452	490
Depósitos	13.a	252	-
Depósitos a Prazo		252	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	-	490
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		-	490
Outras Obrigações		2.200	-
Diversas	14.b	2.200	-
Patrimônio Líquido		124.241	132.194
Capital Social:		109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	14.880	23.209
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	238	(138)
Total do Passivo		132.115	151.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas de Intermediação Financeira		1.099	38.786
Receita de Operações de Crédito	8.g	1.670	31.270
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	(571)	7.533
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	-	(17)
Despesas da Intermediação Financeira		(25)	(4.241)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(25)	(4.241)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.074	34.545
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	575	5.634
Resultado da Intermediação Líquida da Provisão para Perda de Crédito		1.649	40.179
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.666)	(1.373)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	17	2.974
Despesas de Pessoal	20	(97)	(86)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.630)	(3.593)
Despesas Tributárias	22	(30)	(563)
Outras Receitas Operacionais	23	74	42
Outras Despesas Operacionais	24	-	(147)
Resultado Operacional		(3.017)	38.806
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(3.017)	38.806
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	3.289	(17.182)
Provisão para Imposto de Renda		-	(2.753)
Provisão para Contribuição Social		-	(2.228)
Ativo Fiscal Diferido		3.289	(12.201)
Participação nos Lucros		(13)	(15)
Lucro do Semestre		259	21.609
Juros Sobre Capital Próprio		(4.600)	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0026	0,2161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	-	(289)	-	110.434
Aumento de Capital Homologação Bacen	16.a	5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	151	-	151
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	21.609	21.609
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	-	1.080	20.529	-	(21.609)	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016		109.123	-	2.680	20.529	(138)	-	132.194
Mutações do Semestre		5.108	(5.108)	1.080	20.529	151	-	21.760
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		109.123	-	2.856	16.365	85	-	128.429
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	153	-	153
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	-	259	259
Destinações:								
Constituição reserva legal/Estatutária	16.d.1	-	-	13	-	-	(13)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária	16.d.2	-	-	-	(4.354)	-	4.354	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	(4.600)	(4.600)
Saldos em 30 de junho de 2017		109.123	-	2.869	12.011	238	-	124.241
Mutações do Semestre		-	-	13	(4.354)	153	-	(4.188)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		259	21.609
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		(3.819)	7.188
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(575)	(5.634)
Carteira de crédito		(575)	(5.634)
Depreciações e Amortizações	21	95	186
Ajuste a Valor de Mercado		-	273
Tributos Diferidos		(3.289)	12.201
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	23	(63)	147
Provisão de Participações no Lucro		13	15
Lucro Líquido Ajustado do Semestre		(3.560)	28.797
Variações em Ativos e Passivos		(4.130)	(67.535)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(663)	(25.504)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		10	80
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		1.370	42.862
Redução (Aumento) em Outros Créditos		4.065	(2.460)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(40)	(14)
Aumento (Redução) em Depósitos		(4.051)	(65.375)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		-	(9.170)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	(110)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(4.821)	(7.844)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(7.690)	(38.738)
Atividades de Investimento			
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso		117	(2)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		117	(2)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.573)	(38.740)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		84.797	82.523
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	77.224	43.783
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.573)	(38.740)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2017 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de agosto de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Nota 4

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2017 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata dia", incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. Nota 12

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre findo em 30 de junho de 2017, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18b, de acordo com os requerimentos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do semestre de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2016 foram deliberados dividendos na forma de JCP vide nota 16.c .

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Total

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	84	101
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	77.140	43.682
Total	77.224	43.783

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	77.140	-	-	77.140	43.682
Posição Bancada	77.140	-	-	77.140	43.682
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	77.140	-	-	77.140	43.682
Total	77.140	-	-	77.140	43.682
Circulante				77.140	43.682
Longo Prazo				-	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na B3, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

			30/06/2017	30/06/2016
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.316	6	8.322	11.324
Títulos Privados				
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	13.600
Total Carteira Própria	8.316	6	8.322	24.924
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.457	3	4.460	-
Total Vinculados a prestação de garantias	4.457	3	4.460	-

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 8.881, sendo valor de custo R\$ 14.883 decrescido do ajuste negativo de R\$ 6.002 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017.

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

			30/06/2017	30/06/2016
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	50.075
Títulos Privados				
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	15.204	454	15.658	-
Total Carteira Própria	24.085	454	24.539	50.075
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	8.829
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	8.829

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 8.881, sendo valor de custo R\$ 14.883 decrescido do ajuste negativo de R\$ 6.002 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017.

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento			30/06/2017	30/06/2016	
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	8.322	-	8.322	11.324
Títulos Privados						
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	13.600
Total	-	-	8.322	-	8.322	24.924
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	4.460	-	4.460	-
Total	-	-	4.460	-	4.460	-
Circulante				12.782		
Longo Prazo						

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 8.881, sendo valor de custo R\$ 14.883 decrescido do ajuste negativo de R\$ 6.002 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
					Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	15.658	15.658	50.075
Títulos Privados						
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	8.881	-	-	-	8.881	-
Total	8.881	-	-	15.658	24.539	50.075
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	8.829
Total	-	-	-	-	-	8.829
Total dos Títulos Disponíveis para Venda	8.881	-	-	15.658	24.539	58.904
Circulante					8.881	5.904
Longo Prazo					15.658	2.925

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 8.881, sendo valor de custo R\$ 14.883 decrescido do ajuste negativo de R\$ 6.002 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.671
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.336	4.111
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	(6.578)	(731)
Total	(571)	7.533

(1) Resultado com ações da JBS S.A

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 26.

O Conglomerado, do qual o Banco Original do Agronegócio faz parte, utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às as necessidades de dos clientes, ; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco Original do Agronegócio não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

Carteira Trading - jun/2017		Value at Risk			jun/16
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento	
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	2.187	205	16.144	
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	3	-	
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	-	
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.881	62	407	
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	1.428	-	28	
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.130	10.918	15.204	
Exposição com Correlação		13.300	10.668	39.338	

Carteira Banking - jun/2017		Teste de Estresse			jun/16
Risco		Média	Fechamento	Fechamento	
Risco de Taxa de Juros		32.947	45.207	31.822	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas como segue:

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

O saldo dos valores referenciais de operações de futuros eram de R\$ 936 no primeiro semestre de 2016.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	01/01 a
			30/06/2017	30/06/2016
			Resultado	Resultado
"Swap"			-	-
DI			-	(17)
DDI			-	-
Moedas			-	-
Total	-	-	-	(17)

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 23 ativo (30/06/2016 - 28 passivo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	13.651	17.975
Empréstimos	13.651	17.975
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	12.934	16.473
Capital de Giro	717	1.497
Cheque Especial	-	5
Sub-Total	13.651	17.975
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.853)	(6.436)
Total	3.798	11.539
Circulante	1.288	10.483
Longo Prazo	2.510	1.056

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2017			30/06/2016	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Setor Privado				
Rural	717	4.393	8.541	13.651	17.970
Indústria	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	-	-	-	-	5
Total	717	4.393	8.541	13.651	17.975

c) Concentração de Crédito

	30/06/2017				30/06/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	13.651	100%	(9.853)	100%	17.975	100,00%
Total	13.651	100%	(9.853)	100%	17.975	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2017
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	-	-	-	-
B	1%	-	-	-	-
C	3%	-	-	-	-
D	10%	-	-	-	-
E	30%	-	-	-	-
F	50%	-	-	-	-
G	70%	12.659	-	12.659	(8.861)
H	100%	275	717	992	(992)
Total		12.934	717	13.651	(9.853)

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
A	0,5%	-	-	-	-
B	1%	-	-	-	-
C	3%	6	1	7	-
E	30%	-	16.473	16.473	(4.941)
G	70%	-	-	-	-
H	100%	1.003	492	1.495	(1.495)
Total		1.009	16.966	17.975	(6.436)

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	10.927	13.971
Constituição Líquida de Reversão	(575)	(5.634)
Baixa para Prejuízo	(499)	(1.901)
Saldo Final	9.853	6.436
Circulante	(3.822)	(5.796)
Longo Prazo	(6.031)	(640)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	430	28.133

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No primeiro semestre de 2017 não ocorreram renegociações de crédito (30/06/2016 – R\$ 9.596) relativas as operações vencidas e repactuadas.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

No primeiro semestre de 2017 não ocorreram cessões de crédito. Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no primeiro semestre de 2016 foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	-	6.293
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	-	26.960
Valor total da Venda ⁽³⁾	-	33.253

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	-
Rendas de Empréstimos	1.240	3.137
Rendas de Financiamentos	-	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) ⁽¹⁾	430	28.133
Perdas com Créditos Incobráveis	-	-
Total	1.670	31.270

(1) No primeiro semestre de 2016 o impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f)

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

	30/06/2017	30/06/2016
Créditos Fiscais Diferidos	9.420	19.778
Saldo Inicial	4.092	2.154
Constituições	(796)	(14.477)
Reversões	-	-
Saldo Final	12.716	7.455
Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)	378	54
Saldo Inicial	195	-
Constituições	(357)	(54)
Reversões	-	-
Saldo Final	216	-

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018.).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo Fiscal	6.675	3.936
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	1.669	984
Base Negativa de Contribuição Social	7.315	3.937
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	1.463	787
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.853	6.436
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.183	2.100
Provisão para Despesas Administrativas	22	22
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	265
Ajustes Positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	5.988	1.260
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(278)	(71)
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	106
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	(5)
Perdas em Operações de Crédito	2.729	2.279
Outras Diferenças Temporárias	73	73
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	20.669	12.465
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	20.669	12.465
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	5.167	3.116
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	4.134	2.493
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	265
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	106
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	5.988	1.258
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	6.092	1.629
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	283	76
Total do Ativo Fiscal Diferido	12.716	7.455
Circulante	3.511	763
Longo Prazo	9.205	6.692

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2017	30/06/2016
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	454	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(21)	-
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	433	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	108	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	87	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	454	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	454	-
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	21	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	216	-
Circulante	216	-

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	3.511	216	3.295	761	-	761
2018	6.182	-	6.182	3.091	-	3.091
2019	1.676	-	1.676	3.603	-	3.603
A partir de 2020	1.347	-	1.347	-	-	-
Total	12.716	216	12.500	7.455	-	7.455

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2017, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 10.763 (30/06/2016 - R\$ 6.352).

c) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	391	593
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	107	92
Adiantamentos Salariais/Outros	23	13
Devedores Diversos - País ⁽¹⁾	1	3.252
Total	522	3.950
Circulante	522	3.950
Longo Prazo	-	-

(1) Valores pendentes em transitórias de empréstimos que serão liquidados em D+

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas	40	45
Total	40	45
Circulante	40	45

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			30/06/2017	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta	
Controladas do Banco					
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%	

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Total	100	-	100	100	-	-

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

12. Imobilizado de Uso

a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso

	Custo	Depreciação	30/06/2017		30/06/2016	
			Residual	Residual	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(129)	112	121		
Sistemas de Processamento de Dados	975	(887)	88	390		
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(182)	77	42		
Total	1.475	(1.198)	277	553		

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2016				30/06/2017	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	126	(2)	-	(12)	112	
Sistemas de Processamento de Dados	273	(115)	-	(70)	88	
Sistemas de Segurança e Comunicações	89	-	-	(12)	77	
Total	488	(117)	-	(94)	277	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	30/06/2017				30/06/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	257	-	-	-	257	1.970
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ^(f)	-	-	-	252	252	8.345
Total	257	-	-	252	509	10.315
Circulante					257	10.315
Longo Prazo					252	-

(f) Os depósitos a prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 30 de junho de 2017 os Depósitos a Prazo estão compostos integralmente por CDB (30/06/2016 - R\$ 2.433) e em 30/06/2016 o saldo de DPGE era de R\$ 5.922.

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações posfixadas de 109% do CDI (30/06/2016 - 98% e 115,5% do CDI e IPCA 109%). Para operações de DPGE com taxas posfixadas praticadas de 108% do CDI ou 106,10% a 108,3% do IPCA em 30.06.2016.

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(24)	(3.950)
Captação no Mercado Aberto	(1)	(147)
LCA	-	(139)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	-	(5)
Total	(25)	(4.241)

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2017			30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
LCA	-	-	-	-	1.224
Total	-	-	-	-	1.224
Circulante				-	734
Longo Prazo				-	490

14. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	741	112
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	18	26
Impostos e Contribuições sobre Salários	5	4
PIS	-	82
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	690	-
Outros	28	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	4.981
Provisão para Imposto de Renda	-	2.753
Provisão para Contribuição Social	-	2.228
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	216	-
Total	957	5.093
Circulante	957	5.093

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1)	2.200	2.109
Provisão para Pagamentos a Efetuar	145	157
Despesas de Pessoal	38	41
Outras despesas administrativas	34	42
Outros pagamentos	73	74
Subscrições de capital a integralizar ^(f)	100	100
Valores a pagar sociedade ligadas	12	-
Credores Diversos - Exterior/Pais	35	34
Total	2.492	2.400
Circulante	292	2.400
Longo Prazo	2.200	-

(f) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 1f)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 30 de junho de 2017 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 107 (30/06/2016 - R\$ 92).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.263	1.962
Constituição	-	147
Atualização Monetária	113	-
Reversão	(176)	-
Saldo Final	2.200	2.109

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos não foram efetuados depósitos judiciais.

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2017 o Banco não possui processos de natureza cível e trabalhistas classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no primeiro semestre de 2016, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Processos Trabalhistas	-	116
Total	-	116

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2017, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2016 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 238. (30/06/2016 - R\$ (138).

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2017 foram deliberados o montante de R\$ 4.600 (2016 - 0) de Juros sobre Capital Próprio.

d) Reserva de Lucros

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro de exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão Estatuto Social e legislação vigente. Em 30 de junho de 2017 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 13 (30/06/2016 - R\$ 1.080). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2017 atingiu o montante de R\$ 2.869.

d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. Em 30 de junho de 2017 foi consumida reserva no montante de R\$ 4.354. Em 30 de junho de 2016 foi constituído o montante de R\$20.529. O saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2017 atingiu o montante de R\$ 12.011.

17. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.297.005	2.069.922
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.297.005	2.069.922
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	6.694.351	8.754.358
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	359.539	2.269.846
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	620.293	551.158
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.714.519	5.933.354
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	19,4%	23,6%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 23,4%.

Em 2017 e 2016 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho 2017 e 2016:

Acionistas	30/06/2017		30/06/2016	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Aplicações em Operações Compromissadas	77.140	43.682	4.668	3.202
Banco Original S.A.	77.140	43.682	4.668	3.202
Títulos e valores mobiliários	8.881	(13.600)	(6.578)	(1.283)
JBS S.A. (JBS)	8.881	(13.600)	(6.578)	(1.283)
Depósito a Vista	-	(69)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	-	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	-	(28)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(12)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	-	-	-
Depósito a Prazo	-	-	-	(30)
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	-	-	(30)
JCP a Pagar	(4.600)	-	(4.600)	-
J&F Participações Ltda. ⁽¹⁾	(4.600)	-	(4.600)	-

(1) Valor de Juros sobre Capital Próprio distribuído para Controladora no montante de R\$ 3.871, para o minoritário R\$ 39 e retenção de Imposto de Renda na fonte de R\$ 690.

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Intermediação e Assessoria Financeira	16	2.972
Outras Prestações de Serviços ⁽¹⁾	1	2
Total	17	2.974

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

20. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Remuneração	(55)	(55)
Encargos	(29)	(19)
Benefícios	(13)	(12)
Total	(97)	(86)

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(759)	(425)
Depreciações e Amortizações	(95)	(186)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(107)	(131)
Comunicações	(109)	(123)
Processamento de Dados	(2.155)	(2.268)
Aluguéis	(12)	(13)
Transportes e Viagens	-	-
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(1)
Manutenção e Conservação de Bens	(1)	(5)
Serviços do Sistema Financeiro	(589)	(104)
Material	-	-
Outras	(802)	(337)
Total	(4.630)	(3.593)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Despesa com COFINS	(25)	(353)
Despesa com ISS	(1)	(149)
Despesa com PIS/Pasep	(4)	(57)
Outras	-	(4)
Total	(30)	(563)

23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Recuperação De Encargos E Despesas	-	35
Atualização de Depósitos Judiciais	6	2
Reversão de Provisões Operacionais		
Trabalhistas	63	-
Outras	5	-
Descontos	-	5
Total	74	42

24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	-	(147)
Total	-	(147)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação e deduzida da participações do lucro e JCP	(3.004)	38.791
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(32)	(538)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	603	(535)
Base de cálculo - CSLL	(3.036)	38.256
Base de cálculo - IRPJ	(2.401)	38.256
CSLL - 20%	1.532	(7.651)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	1.757	(9.531)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.289	(17.182)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	3.289	(17.182)

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Conglomerado. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2017, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

28. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual controladora indireta do Banco Original, celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal ("MPF"), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. Em junho de 2017, a J&F, celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, o qual está pendente de levantamento de sigilo.

O Acordo prevê o pagamento de R\$10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do acordo. Tão logo haja o levantamento de sigilo, as subsidiárias da J&F terão acesso ao inteiro teor do Acordo e tomarão medidas cabíveis, caso necessário.

Em decorrência dos acontecimentos acima narrados, a administração do Banco Original S.A., em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia

Independente Sampaio e Ferraz Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores Legais"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos crimes delatados por seu controlador, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo no Banco Original ou se alguns dos membros da administração do Banco Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Os Assessores Legais estão conduzindo uma revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações. Os Assessores Legais informaram que, com base nas atividades realizadas até esta data, não foram identificadas evidências de que o Banco Original S.A. e sua atual Administração ou qualquer de seus administradores e empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras. A investigação encontra-se em andamento e, apesar de não ser possível precisar a data de sua conclusão, estima-se que tais trabalhos devam ser concluídos neste semestre.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência assinado pela J&F com o MPF, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos ilícitos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação.